

UMA PROPOSTA DE GOVERNANÇA
AMBIENTAL PARA O TERRITÓRIO DO
ZÉ AÇÚ, NO MUNICÍPIO DE
PARINTINS/AM.

**An environmental governance proposal for the Zé
Açú's territory, in Parintins/Am 's municipality.**

*Charlene Muniz da Silva
Alem Silvia Marinho dos Santos*

UMA PROPOSTA DE GOVERNANÇA AMBIENTAL PARA O TERRITÓRIO DO ZÉ AÇÚ, NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM.

*Charlene Muniz da Silva²¹
Alem Silvia Marinho dos Santos²²*

RESUMO

O artigo apresenta conceitos importantes para a Governança Ambiental, assim como, uma proposta de governança ambiental. Utilizou-se a análise teórico-reflexiva sobre autores e obras de referência na temática da Governança Ambiental, realizou-se, coleta de dados primários em campo, para a elaboração uma proposta de governança ambiental. No final faz-se uma projeção de alguns elementos dos aspectos das escalas, níveis e atores que poderiam envolver a governança ambiental, no território do Zé Açú, no município de Parintins, visto essa área estar passando por um processo de mudanças espaciais e socioculturais intensas, surgindo a necessidade de se pensar em ações e políticas públicas inerentes a sustentabilidade dos recursos naturais e o bem-estar da população que mora nesse lugar. Os resultados demonstram que 41% da população acredita na importância da participação como forma de promover melhorias na gestão dos ecossistemas e ajudar a resolver dilemas que possuem múltiplas escalas entre sociedade e ambiente (co-gestão adaptativa). Apresentou-se questões relevantes no tocante aos aspectos da governança ambiental, em um contexto mais geral de sua aplicação, onde foi realizado, uma reflexão a nível local específico no Estado do Amazonas, tendo como delimitação geográfica o território do Zé Açú.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; Descentralização; Co-manejo

AN ENVIRONMENTAL GOVERNANCE PROPOSAL FOR THE ZÉ AÇÚ'S TERRITORY, IN PARINTINS/AM 'S MUNICIPALITY.

ABSTRACT

The article presents important concepts for Environmental governance, as well as, a proposal of environmental governance. The theoretical-reflexive analysis was used on authors and reference works in the theme of Environmental governance he took place, it collects of primary data in field, for the elaboration a proposal of environmental governança. In the end it is made a projection of some elements of the aspects of the scales, levels and actors that could involve

²¹Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (2015) pela UFAM. Mestre em Geografia (2009) pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Gestão de Políticas Ambientais e graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (2005) e graduada em Administração pela Universidade Federal do Amazonas (2004). Atualmente é professora Associada e coordenadora pedagógica do curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Estudos Superiores de Parintins/Universidade do Estado do Amazonas . cmmdsilva@uea.edu.br

²² Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2012), mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2003) Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (2000). Docente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Cursa pós-doutorado na Universidade de Coimbra (UC/Portugal). alemsilvia@gmail.com

the environmental governance, in Zé Açú's territory, in the municipal district of Parintins, seen that area to be going by a process of space and sociocultural changes intense, appearing the need to think in actions and inherent public politics the sustainability of the natural resources and the well-being of the population that it lives in that place. The results demonstrate that 41% of the population believe in the importance of the participation as form of to promote improvements in the administration of the ecosystems and to help to solve dilemmas that possess multiple scales between society and atmosphere (co-administration). Like this, he came relevant subjects concerning the aspects of the environmental governance, in a more general context of his/her application, as well as, a reflection at specific local level in the State of Amazon, tends as geographical delimitation Zé Açú's territory.

KEYWORDS: Sustainability; Decentralization; co-management

Introdução

A presente pesquisa visou compreender os problemas ambientais no território rural do Zé Açu, no município de Parintins/AM, e fazer uma proposta de organização para a Governança Ambiental desta localidade.

O território do Zé Açu localiza-se a sudeste do município de Parintins, cerca de 14 km da sede municipal, é composta de sete comunidades rurais, segundo dados da Secretaria Municipal de Produção de Parintins (2013). Optamos por fazer um recorte geográfico e selecionamos três destas comunidades: Bom Socorro (distante 14 Km da cidade de Parintins), Paraíso e Boa Esperança (distante 2,3 e 3,2 quilômetros da comunidade Bom Socorro, respectivamente) para compor o universo da pesquisa.

Nos estudos sobre questões socioambientais, principalmente quando envolve a relação sujeito-ambiente, é necessária a conjunção multidisciplinar conhecimento portanto, uso de métodos diferenciados, sendo eles relacionados as ciências exatas(estatística) e ciências sociais(geografia, história, etc.) que possibilitem a compreensão mais abrangente da realidade.

A pesquisa teve como técnicas a coleta de alguns dados com o levantamento tipo Survey, aplicação de formulários, com questões de múltipla escolha, entrevistas (individuais e coletivas), padronizadas, com roteiro semiestruturado e gravadas para facilitar a análise. As entrevistas com os sujeitos da pesquisa consistiram em importante instrumento, possibilitando a compreensão desses lugares a partir de inúmeras características, ou seja, compreensão do mundo vivido onde foi possível verificar como os mesmos apreendem as mudanças pelas quais esse território está passando, assim como, suas perspectivas em relação ao futuro.

Conceitos de Governança Ambiental e suas aplicações

Grindle (2004) afirma que a governança, em um sentido mais amplo corresponde a distribuição de poder, legitimidade e autoridade entre os mais diversos níveis e instituições, onde há o estabelecimento de regras e normas sobre quem e como detém o poder e como são tomadas as decisões, assim como, os níveis de co-responsabilização entre os atores (agências do Estado, representantes da sociedade civil, empresas, entre outros). A governança pode envolver os mais diversos assuntos que podem ser administrativos ou fiscais do Estado, correspondentes a bens ou serviços, financeiros ou políticos, que possam envolver e/ou impactar a coletividade e o bem-estar público. E quando esses assuntos tem uma relação com a sustentabilidade ou políticas ambientais utiliza-se o termo Governança Ambiental.

Desde a lei n. 6.938/81, da Política Nacional do Meio Ambiente, o Brasil passa a mudar a maneira de tratar as questões ambientais, passando de um nível de comando e controle de uso restrito dos recursos naturais para outro mais abrangente da gestão ambiental. Porém, para CAMARA (2013), apesar dos avanços da democratização, participação, eficiência e eficácia entre os vários atores (Estado, sociedade, setor privado), a relação com a natureza ainda apresenta uma relação utilitarista e imediatista com elevado padrão de produção e consumo da sociedade em bases não sustentáveis, indicando a necessidade de avaliar criticamente os avanços da Política Nacional do Meio Ambiente.

Para Agraval e Lemos (2006) a governança ambiental se refere ao conjunto de processos regulatórios, mecanismos e organizações através dos quais os atores políticos influenciam as ações e resultados ambientais envolvendo múltiplos seguimentos da sociedade como as instituições governamentais, comunidades, empresas e a sociedade civil organizada.

O tema de governança ambiental tem surgindo com frequência nas discussões acadêmicas, como “uma ‘categoria-chave’ no campo semântico que recobre a discussão sobre desenvolvimento sustentável, alinhada a outras como negociação, participação, parceria, sociedade civil organizada etc” (ZHOURI,2008,p. 97).

O processo de governança sobre um recurso natural é inerentemente difícil, pois determinados ambientes, assim como, as sociedades humanas são caracterizadas por incertezas e dinâmicas complexas, ou seja, variações naturais, escalas e hierarquias de dependências em relação aos recursos e também a conjuntura econômica e política nas quais estão inseridas. Quando múltiplos atores se utilizam dos mesmos recursos naturais as implicações podem ser as mais diversas, desde o esgotamento destes recursos a conflitos de gestão, logo, é necessário estabelecer acordos entre os mesmos para regras e práticas comuns, contribuindo para que haja coordenação de ações que auxiliem na resolução de conflitos, assim como, a negociação das várias compensações, o compartilhamento de informação e a construção de redes de conhecimento sobre esse bem comum . Assim, pesquisas sobre os processos de governança mostram que a gestão que vem de cima para baixo e centralizada é inadequada para esse fim, logo surgindo a necessidade de que a governança seja descentralizada (BODIN & CRONA, 2009).

Descentralização, elemento importante na Governança Ambiental

A descentralização nos processos de governança é muito importante, pois proporciona a maior participação dos sujeitos diretamente afetados pelas ações e decisões em torno de um determinado recurso, assim, abre-se a possibilidade de trazer mais atores para a causa, proporcionando o compartilhamento de informações locais específicas sobre os ecossistemas como, por exemplo, o co-

nhecimento das populações tradicionais sobre os ecossistemas. Todos esses aspectos tornam o processo de governança mais eficaz na resolução de problemas e conflitos inerentes ao ambiente (PEREIRA,2011).

Os benefícios da descentralização nos aspectos da governança ambiental são inúmeros, dentre eles podemos citar a maior interação entre os diversos níveis e atores sociais envolvidos, sendo que as decisões ao serem compartilhadas podem aproximar as várias esferas públicas, privadas, entidades locais, as comunidades, fazendo com que se traga mais para perto a tomada de decisão, podendo gerar maior comprometimento entre estes e assim maior participação e responsabilidades, facilitando a tomada de decisão e além disso torna possível que se possa aproveitar os conhecimentos locais a respeito dos ecossistemas e os aspectos culturais (PEREIRA, 2011).

Levando em consideração o exposto acima, tem sido dada atenção, portanto, aos sistemas em que múltiplos sujeitos, em graus diversos estejam envolvidos na governança dos processos que envolvem a conservação, gestão e uso de determinado recurso. Esses aspectos envolvem o conceito de Co-gestão, onde há o envolvimento de diferentes atores para que se possa dar conta das complexidades inerentes aos ecossistemas e nos arranjos sociais construídos em torno destes, pois ambos, são interligados formando sistemas sócioecológicos, e assim possam ser mais adequadamente tratados.

Berkes (1994) apud Pereira (2011), apresenta os níveis de co-manejo em escala local sobre um determinado recurso, como pode-se observar abaixo:

- O informativo: a comunidade é informada sobre as decisões que o governo já fez
- O consultivo: existem mecanismos para o governo consultar os usuários locais, o governo toma todas as decisões
- Cooperativo: a comunidade tem contribuições na gestão

- Comunicativo: intercâmbio bilateral de informações; preocupações locais são representadas nos planos de gestão;
- Participativo(deliberativo): usuários aconselham o governo de decisões a serem tomadas e o governo aprova estas decisões
- Parceria: parceria entre iguais com decisão compartilhada
- Controle(Auto-gestão): Delegação de poderes a comunidade para tomar decisões e informar o governo destas decisões

Esses níveis podem e devem ser adequados as diversas situações onde o co-manejo seja necessário, possibilitando que a governança ambiental seja mais eficaz para a resolução de problemas e para facilitar a gestão.

A co-gestão é uma forma institucional que envolve múltiplas perspectivas e níveis, no qual existe a partilha de direitos e responsabilidades de um determinado recurso entre os diversos atores, isso pode envolver o Estado, usuários de recursos e a sociedade civil (BERKES, apud ARMITAGE, 2008, p.08)

Segundo Armitage et.al (2009) a co-gestão adaptativa vem a ser uma recente expansão do conceito de co-gestão onde a mesma tem seu foco sobre a adaptabilidade da articulação do processo de gestão em resposta a mudanças ambientais e a aquisição contínua de novos conhecimentos.

A co-gestão adaptativa surgiu como uma forma interdisciplinar para promover melhorias na gestão dos ecossistemas e ajudar a resolver dilemas que possuem múltiplas escalas entre sociedade e ambiente . A construção de seus métodos depende da construção de confiança na formação das redes sociais entre gestores de determinadas regiões, comunidades, pesquisadores e formuladores de políticas, para a colaboração e aprendizagem no que tange as mudanças complexas no ambiente

A eficácia de aprendizagem nos processos participativos de gestão de recursos naturais promove não só mudanças de atitude e comportamentos mas também, mudanças fundamentais nas orientações de valor dentro da sociedade com a valorização dos aspectos culturais. Sendo que os processos de aprendizagem social podem aumentar a oportunidade de mudanças sociais e participação, além das fronteiras por meio das fontes de mobilização do capital social (LEYS & VANCLAY, 2011).

Para Ruitenbeek e Cartier (2001) a co-gestão adaptativa é uma estrutura de gestão a longo prazo, onde as diversas partes envolvidas compartilham responsabilidades e fazem a gestão de um sistema de recursos naturais, onde há aprendizagem recíproca. Adaptação e resiliência são características importantes, assim como, a capacidade de trabalhar com as diferentes escalas e níveis que envolvem a governança ambiental (OLSSON et al., 2004).

As múltiplas dimensões dos atores envolvidos na Governança Ambiental : a variabilidade das tipologias das redes sociais

A Governança, portanto, depende fundamentalmente da colaboração de múltiplos atores sociais entre os diferentes níveis e escalas de organização (ARMITAGE, 2008). Assim, esses atores interagem e estabelecem uma coordenação de ações para a resolução de determinados conflitos e serve, dentre outras coisas, para: negociação das várias compensações, partilha de informações e construção de conhecimento comum em relação ao ambiente.

Por isso surgem as redes sociais voltadas a essas questões, essas são justamente a conjugação de esforços dos mais diferentes atores e níveis de escala em torno de um recurso natural em comum. Em determinados casos, as redes sociais pode se tornar instrumento importante para dar visibilidade as questões ambien-

tais, desde que, as informações que divulgam sejam passíveis de comprovação. Visto que, podem proporcionar a aquisição, geração e difusão de diferentes tipos de conhecimento e informações sobre os sistemas que estão sendo gerenciados.

Porém as redes de conexão de atores sociais não são homogêneas existindo vários padrões estruturais (tipologias), sendo que a forma de organização pode influenciar como os atores realmente se comportam dentro dessa rede de conexão.

Para transformar um conjunto de atores isolados em um conjunto de atores que interagem, deve haver um fluxo de relações sociais consolidadas, e quanto maior a densidade da rede (ou seja, o número de laços existentes dividido pelo número de ligações possíveis), maior o potencial para ação coletiva. Assim, facilita a comunicação, confiança e reciprocidade entre os atores, aumentando as possibilidades de ação conjunta, melhorando o desenvolvimento de conhecimento através da exposição a novas idéias, devido a maior quantidade de circulação das informações (BODIN & CRONA,2009).

Porém, se deve ter cuidado com uma rede que possui uma densidade de relações muito alta, pois, pode levar à homogeneização das informações resultando em menos eficiência na utilização de recursos e / ou capacidades reduzidas para se adaptar às mudanças das condições do meio (co-gestão adaptativa).

Outra questão a ser analisada é a centralização dos atores dentro de uma rede, pois ao ocupar posições centrais na rede os atores são capazes de exercer influências sobre outros, e também estão em melhores condições para acessar valiosas informação que pode colocá-los em vantagem. Mas há que se ter cuidado, pois o problema de se ter laços demais dentro da rede esta em tentar agradar a todos, o que pode restringir certas ações.

Assim, quem ocupa os cargos centrais e como eles utilizam a sua posição favorável em relação aos outros atores sociais, têm um impacto sobre os resultados na governança. Deve-se ter cuidado para não influenciar demasiadamente o grupo, como discorre Bodin & Crona (p.370,2009) “Possessing a favorable position in a social network may not, however, by itself necessarily lead to higher influence. Furthermore, an individual can very well be influential without necessarily occupying a favorable position”

Redes altamente centralizadas não podem ser apropriadas para a governança de sistemas ambientais ao longo do tempo, uma vez que são menos adequadas para a resolução de tarefas complexas.

Assim, a estrutura faz a diferença e afeta as redes de governança dos recursos naturais. Com a existência de poucos laços entre os atores, a ação conjunta é difícil de alcançar, mas, por outro lado, muitos laços pode promover a homogeneização dos atores e reduzir a capacidade de ação coletiva eficaz para lidar com as mudanças .

Para a rede social fornecer mais do que apenas transferência de informação, e para que sejam sustentados ao longo do tempo, o laços relacionais devem ser voluntários, pois os atores resistem à concepções impostas e tendem a escolher seus contatos com base em preferências pessoais.

Um conceito importante ao se tratar de Governança Ambiental, principalmente relacionado as Redes é o de Capital Social. Baker (1990) apud Portes(1998) coloca o conceito de capital social como um recurso que deriva de estruturas sociais específicas e que os atores utilizam para atingir seus interesses. Capital Social envolve disponibilidade, acesso e mobilização de recursos por meio de relações sociais (MERTÉNS,p.232011).Então, quanto maior a capacidade de um grupo se organizar e trabalhar conjuntamente, unindo esforços em torno de um bem ou recurso, maior é o seu capital social e maiores são as possi-

bilidades para o sucesso da governança ambiental. Assim, o Capital Social torna-se multidimensional (PORTES, p. 78,1998).

É muito importante compreendermos bem o que vem a ser a governança ambiental e sua importancia, pois a crise ambiental pela qual a sociedade moderna passa, vem intensificando as discussões e a percepção pública acerca dos efeitos dos processos de produção e consumo das sociedades industriais modernas sobre a saúde humana e a dos ecossistemas (PORTO, p.836, 2005). Os impactos ambientais vêm fazendo com que as escalas espaciais e temporais para as análises dos riscos modernos tornem-se cada vez mais amplas e complexas.

Neste cenário surgem mais possibilidades de ocorrerem às injustiças ambientais, considera-se este como

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (PORTO,2005,p. 836)

As injustiças ambientais são intensificadas, muitas vezes, pelo que Acse-rad (2004) denominou de “chantagem locacional” que significa que o capital negocia seus investimentos nas áreas onde não somente são oferecidas as maiores taxas de lucros, mas também as menores resistências sociais e políticas voltadas ao controle da poluição e injustiças sociais.

Assim concorda-se com o posicionamento de Zhouri (2008), que entende a Governança Ambiental como um consenso entre os sujeitos que utilizam os recursos naturais e deliberam sobre ações em torno do mesmo, dessa forma reconhece-se assim o poder transformador do espaço que possui os projetos industriais como as hidrelétricas, os projetos agrominerais, os complexos industriais entre outros. Sendo que na maioria dos casos as decisões políticas sobre esses empreendimentos são tomadas longe do local onde as mesmas vão causar os danos,

aumentado ainda mais as injustiças ambientais na medida em que, ao serem implementados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade.

Governança Ambiental no Território do Zé Açú, no município de Parintins: reflexões em torno de uma aproximação entre os atores sociais e os níveis de escala espaciais.

Para entendermos o ethos ambiental dos ribeirinhos do Zé Açú e consequentemente a busca por uma governança ambiental para a localidade, buscamos compreender como eles apreendem o ambiente à sua volta, suas opiniões em relação à natureza, os impactos sofridos sobre ela, a atuação das instituições públicas e como os desequilíbrios em seu ambiente natural podem afetar sua reprodução sociocultural.

Entender um pouco sobre esse ethos das populações tradicionais e sua relação com o ambiente à sua volta, permitirá refletir sobre o necessário equilíbrio ambiental, condição sine qua non para a qualidade de vida que os grupos sociais tradicionais têm o direito de possuir, mas que, muitas vezes, não é levado em consideração pelo sistema capitalista de produção, que busca se expandir e consolidar a qualquer preço, tanto em áreas urbanas como rurais, expondo os grupos sociais mais vulneráveis às mais diversas injustiças ambientais causadas por suas atividades.

A compreensão dos ribeirinhos do Zé Açú sobre a questão ambiental

Os resultados inferidos dos formulários comprovam que os principais problemas ambientais estão relacionados ao assoreamento do lago, desmatamento para ampliação de pasto para a pecuária, a extração de areia e a produção de resíduos sólidos. Interessante foi perceber que as porcentagens de cada resposta

são muito próximas, isto ocorreu pelo fato de os moradores conhecerem bem esses problemas e conviverem com eles há algum tempo. Nas entrevistas esses problemas eram sempre citados, e os moradores dizem que os mesmos deveriam ser resolvidos, ficando difícil escolher qual deveria ser priorizado, pois todos causam muitos impactos negativos às comunidades pertencentes ao Zé Açú.

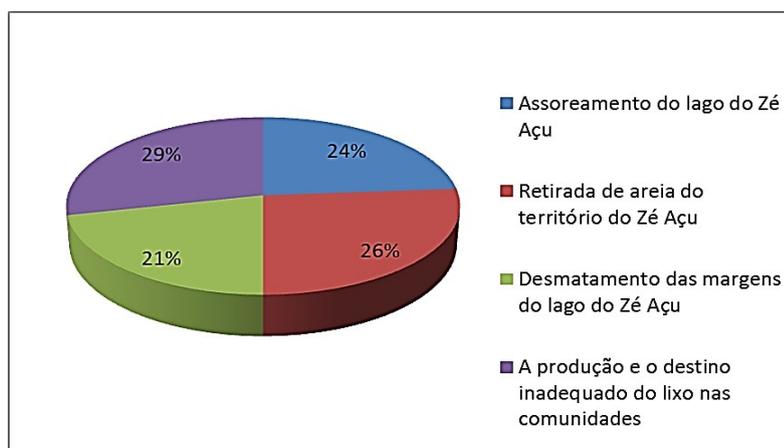


Figura 01- Principais problemas ambientais no Zé Açú.
Fonte: Trabalho de campo.

A preocupação sobre os problemas ambientais também se reflete nas respostas sobre a participação em debates que envolvem o assunto, com parcela significativa respondendo que sabe da importância e sempre está participando das discussões (41%). Outros, informaram que participam às vezes (45%), a maioria dos moradores reclama que dificilmente os órgãos ambientais se reúnem com eles e ouvem suas reivindicações, e quando os ribeirinhos os procuram suas reivindicações não são atendidas, causando frustração e desânimo em participar desses debates.

Apenas 14% disseram que não participam de reuniões e debates sobre esse tema, mas, apesar de não estarem engajados diretamente, apoiam qualquer atividade ou projeto que traga melhoria às comunidades rurais (Figura 02).

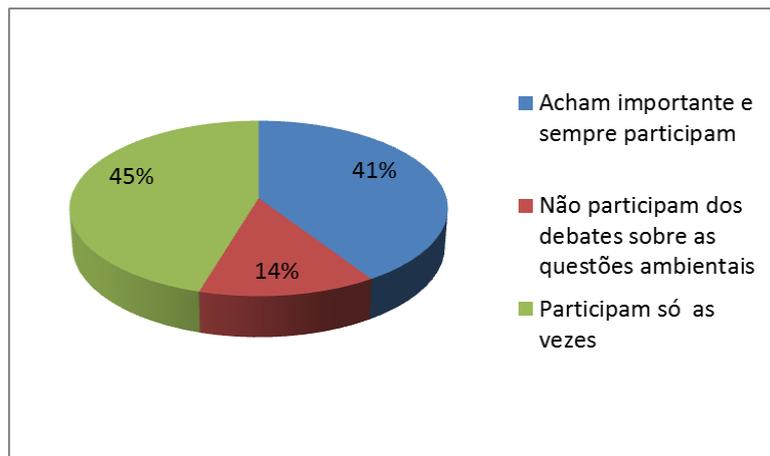


Figura 02- Participação em reuniões e debates sobre o meio ambiente.
Fonte: Trabalho de campo

Um fato interessante a ser discorrido sobre esse assunto é que essas pessoas que participam ativamente desses debates têm uma compreensão ampla sobre a importância de se preservar a qualidade dos ecossistemas. Isto foi comprovado quando, em setembro de 2013, os assentados do Projeto de assentamento(P.A) de Vila Amazônia, à qual o Zé Açú pertence, foram chamados para participar de audiência pública sobre a possibilidade de transferência da lixeira municipal da cidade para esse assentamento rural. Exatamente em local próximo ao lago do Zé Açú e onde existe uma comunidade localizada logo em frente. Nesta ocasião registrou-se a presença de mais de duzentas pessoas, entre moradores das comunidades do P.A., representantes de órgãos públicos, imprensa e polícia.

A caminho dessa audiência já se tinha a idéia do posicionamento dos moradores das comunidades em relação ao projeto da prefeitura de Parintins, perce-

bemos que os mesmos tinham conhecimento claro sobre os impactos dessa ação. A senhora próxima a mim comentava: “Por que não levam essa lixeira pra outro lugar? Um que não tenha pessoas morando? Lá tem um lago lindo, não pode acabar!”, outro dizia com a voz exaltada: “Nós não queremos lixo na nossa comunidade!”.

O clima de tensão permaneceu durante a audiência, os comunitários foram unânimes em não aceitar a transferência da lixeira para a Vila Amazônia, muitos se manifestaram com cartazes, faixas e vaias, quando os representantes do município apresentaram o projeto. E com isso conseguiram por meio da mobilização travar o projeto de transferência da lixeira pública

Acreditamos que toda política pública deve vir dos anseios dos grupos societários, que devem participar do planejamento à implantação e implementação de qualquer ação voltada a seus territórios, ou seja, participando da Governança Ambiental de seus territórios.

Um grupo, quando bem organizado, tem mais força na hora de reivindicar seus direitos, esse vem sendo o caminho a ser tomado pelos povos de comunidades tradicionais, e a união e a organização política e social têm um peso importante na hora da tomada de decisão e devem ser incentivadas cada vez mais.

Para compreensão da realidade da comunidade adotamos o seguinte procedimento: Desenhamos o tronco de uma árvore em papel pardo e o afixamos em um painel móvel; em seguida foi solicitado que os participantes escrevessem o problema priorizado em uma tarjeta e a afixassem no tronco da árvore; foi perguntado quais as causas que alimentam este problema e os seus efeitos negativos (Figura 03).

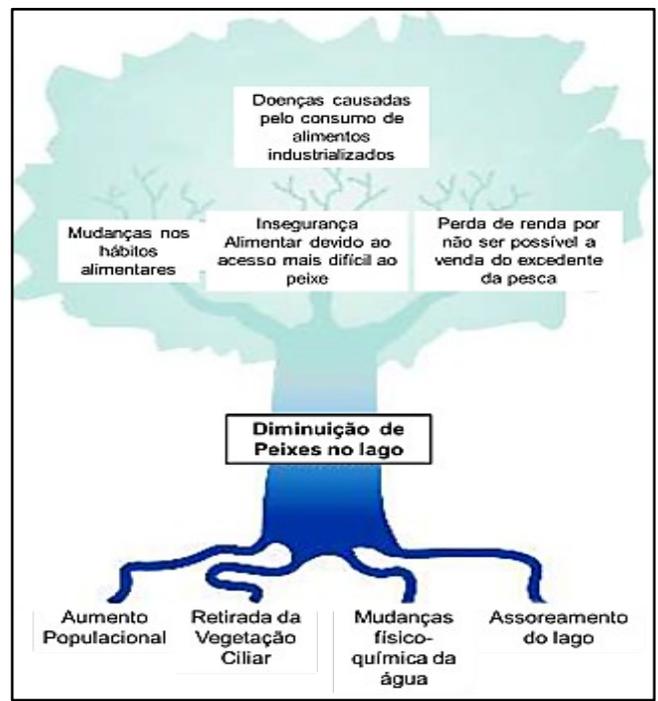
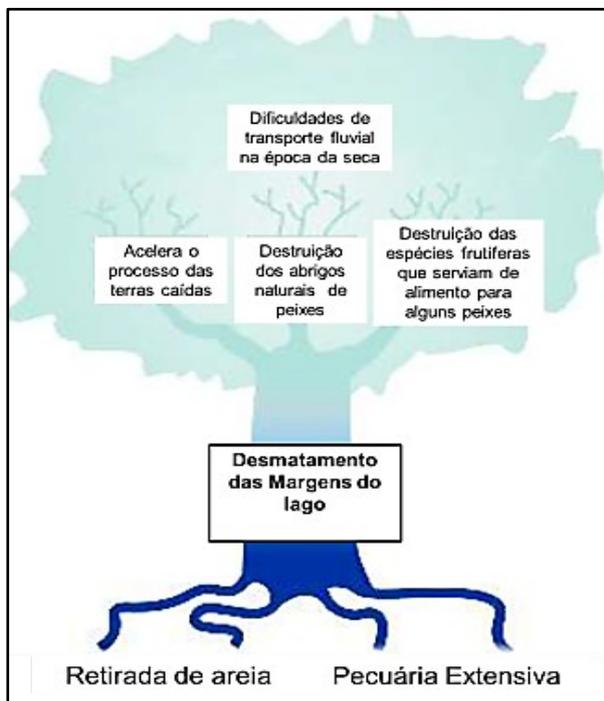
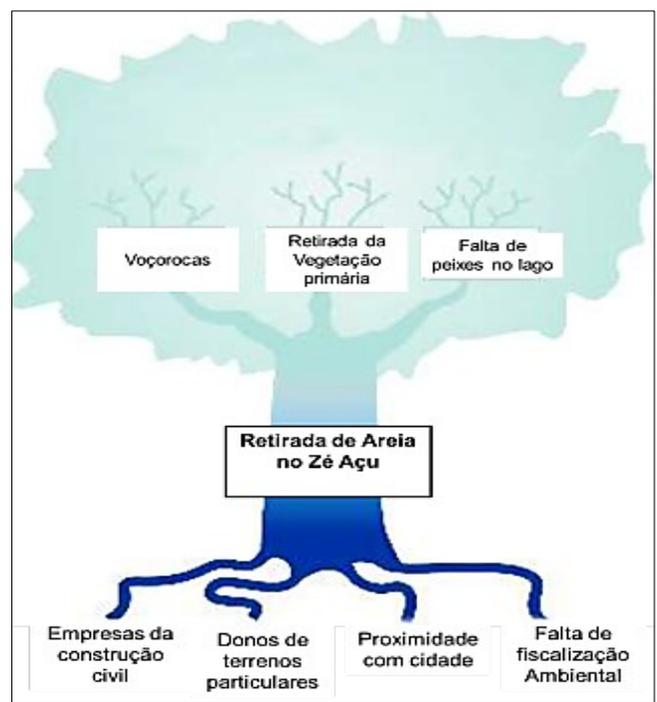
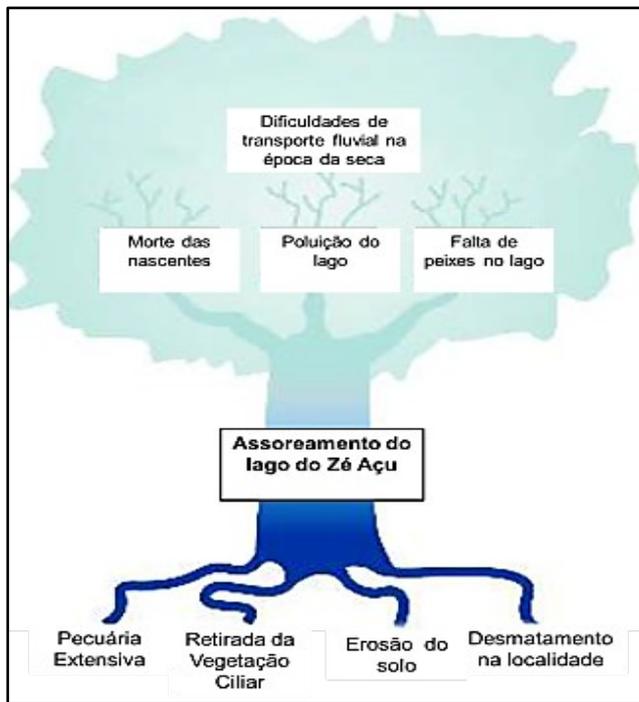


Figura 03 –Árvore de problemas do Zé Açú.
Fonte: Trabalho de campo.

No tronco da árvore está visualizado o problema; as raízes simbolizam as causas do problema e os galhos, com seus frutos podres, representam os efeitos que determinado problema está gerando.

Depois de realizada a técnica, organizamos os resultados obtidos no grupo focal. Para melhor visualização, transferimos para o computador o desenho da árvore.

Com esses esquemas visualizamos as consequências dos principais problemas ambientais identificados no Zé Açú, e como afetam a vida dos ribeirinhos que moram nas margens do lago.

Buscamos identificar quais os setores que devem ser melhorados nas comunidades, os investimentos por conta do poder público. Também identificamos quais os principais investimentos que deveriam ser feitos nas comunidades e a prioridade dada pelos moradores a cada investimento.

Dentre os principais estão: a coleta e destino adequado de resíduos sólidos (31%) e melhoria na infraestrutura de água e energia (30%).

O que chama mais a atenção nas respostas dos moradores é o grau de importância que eles atribuem ao processo educativo. Eles falam que a escola deve ser a instituição que precisa de investimentos do setor público, pois, é a base para o futuro de seus filhos e netos

Governança ambiental e políticas públicas para a sustentabilidade no Zé Açú

A cidade de Parintins, exerce influência econômica, social e cultural no Zé Açú que já apresentam implicações socioambientais que repercutem na (re) produção do habitus de seus moradores. Dentre essas mudanças a questão ambiental é preocupante, pois a problemática dos resíduos sólidos vem impactando

diretamente as comunidades, porque está aumentando a produção de resíduos sólidos não orgânicos, e não havendo coleta de lixo pública e nem local apropriado para depositá-lo, as pessoas queimam e/ou jogam o lixo nos terrenos baldios e nos barrancos próximos ao rio, colocando em perigo a saúde e segurança deles próprios.

Há também muitas fazendas que derrubam as áreas de vegetação primária para fazer pastos e muitas vezes retiram toda a mata ciliar do lago do Zé Açú. Outro problema ambiental é a retirada de areia da área das comunidades para a construção civil na cidade de Parintins, ocasionando sérios problemas de erosão.

O processo de governança sobre determinados recursos é difícil, pois os ambientes, assim como a sociedade, são caracterizados por incertezas e dinâmicas complexas, ou seja, variações naturais, escalas e hierarquias de dependências em relação aos recursos e também à conjuntura econômica e política nas quais estão inseridas.

Considerando a importância da governança ambiental e a necessidade de iniciar um processo de discussão, diálogo e resolução sobre os problemas identificados no Zé Açú, apresenta-se na Figura 04.

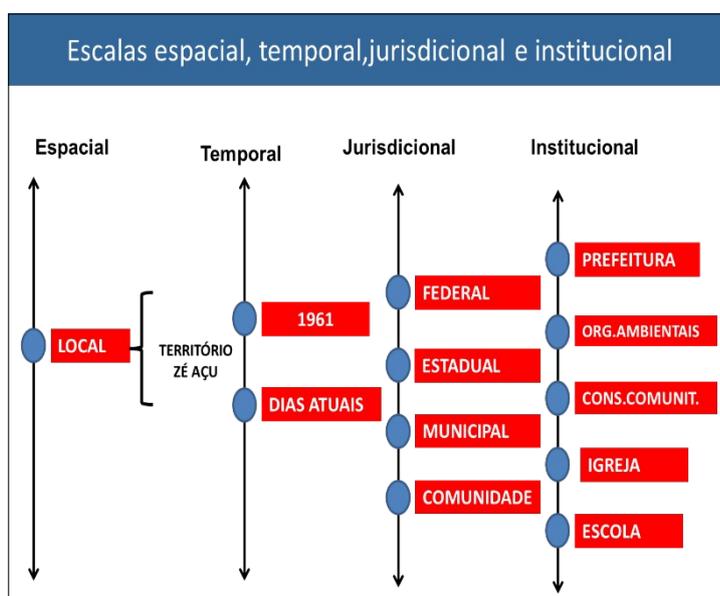


Figura 04- Níveis de escala da governança ambiental.
Fonte: Trabalho de campo.

A escala espacial é local, estaria circunscrito ao Zé Açú a escala temporal abrangeria compreender as transformações socioespaciais que ocorreram ao longo dos anos no território e em sua paisagem para que possamos fazer o diagnóstico e posterior análise de como se encontram as mesmas nos dias atuais. Zé Açú é uma localidade rural pertencente ao município de Parintins, assim, a escala jurisdicional será municipal. No que corresponde às esferas institucionais, é importante o envolvimento da prefeitura municipal, da associação de moradores, da escola, assim como, da igreja, sendo esta uma instituição muito importante ainda na vida da população rural em Parintins, estando no cerne de muitas outras comunidades rurais como uma das principais incentivadoras da criação destas em quanto tal.

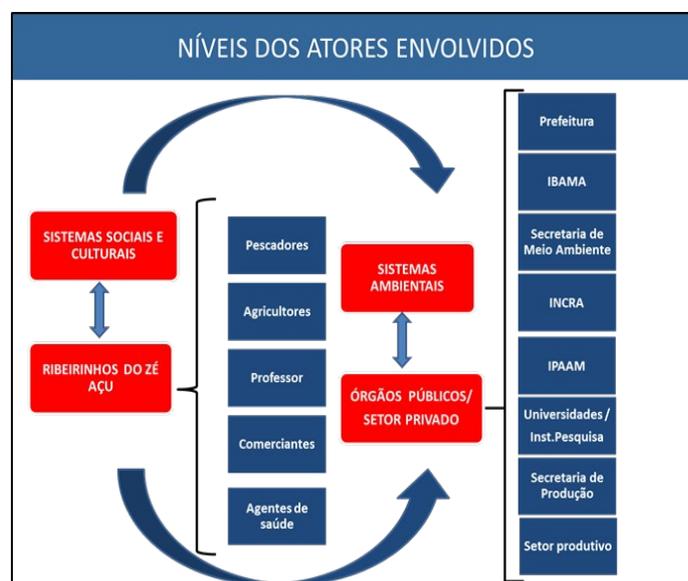


Figura 05- Níveis dos atores envolvidos na governança ambiental.
Fonte: Trabalho de campo.

Buscamos refletir sobre a importância da Governança Ambiental para o território do Zé Açu, sendo necessária a participação de múltiplos atores, cada um com sua função dentro do processo de governança. O trabalho precisa ser em conjunto, formando uma rede de cooperação. Na Figura 05, são apresentados os níveis e os atores que podem participar no planejamento das políticas públicas para o Zé Açu, lembrando que deverá sempre haver interação entre os mais diversos atores, estabelecer diálogos para decidirem em conjunto as ações a serem realizadas, os planos, programas e propostas que as esferas públicas e privadas precisam desenvolver, visando à sustentabilidade dos sistemas sociais, culturais e ambientais.

Considerações Finais

Apresentamos os principais conceitos que envolvem a governança ambiental, sua importância na conjuntura atual, visto o projeto desenvolvimentista em voga na sociedade moderna, rompendo muitas vezes com os processos e equilíbrio dos ecossistemas, imputando impactos socioambientais às comunidades e afetando diretamente populações inteiras e provocando injustiças ambientais, em graus variáveis, em todos os lugares. O “desenvolvimento” da sociedade tem seu preço, e muitas vezes este é pago e/ou distribuído desigualmente entre as camadas das populações mais pobres e vulneráveis.

Neste aspecto devemos fazer uma reflexão em torno de processos que tenham como premissas fundamentais um diálogo entre os mais diversos atores sociais que utilizam um mesmo recurso, para a construção e implementação de políticas e ações conjuntas para manter a integridade e disponibilização deste recurso a quem é de direito, evitando assim conflitos e impactos ambientais negativos sobre os ecossistemas, equalizando as injustiças ambientais que ocorrem

devido à exploração intensa por parte de certos segmentos econômicos do mercado, sejam eles públicos ou privados.

No caso específico do Zé Açú, a preocupação está em mitigar/evitar os problemas decorrentes do uso indiscriminado dos recursos ali existentes, por agentes econômicos externos, sem nenhuma preocupação com as especificidades ambientais e culturais deste território, pois, apesar das mudanças em curso, o mesmo ainda mantém relações próximas com o ecossistema natural, o rio, a floresta.

Os moradores têm seus modos de vida pautados nos aspectos culturais tradicionais das áreas rurais como as relações de parentesco e vizinhança, a solidariedade e a ajuda mútua. Acreditamos que o desenvolvimento deve ser acompanhado por políticas públicas com o apoio dos comunitários que se preocupam com as questões ambientais, evitando a perda de suas riquezas naturais e de seus valores culturais e que as mudanças possam promover a qualidade de vida que essas pessoas merecem, como acesso à educação, saúde, segurança, lazer e renda, evitando com isso o lado negativo da vida nas cidades, como as desigualdades sociais, insegurança alimentar, violência, carência no acesso a serviços médicos, degradação ambiental, entre outros.

O Zé Açú precisa de um planejamento que seja pautado pela sustentabilidade e a governança ambiental pode ser elemento importante nessa discussão, desde que seus princípios fundamentais de diálogo, multidimensionalidade, descentralização, desenvolvimento do capital social, co-gestão entre outros sejam respeitados.

Acredita-se que é necessário a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para estas áreas no tocante as questões socioambientais. Dessa forma, o processo de governança pode ajudar na construção de uma agenda ambiental para o Zé Açú.

Referências

ACSELRAD, H; HERCULANO ,S .& Pádua. Justiça ambiental e cidadania. Ed. Relume- Dumará, Rio de Janeiro, 2004.

ARMITAGE , Derek. Governance and the commons in a multi-level world.In: International Journal of the Commons.vol 2, no 1 January 2008, pp. 7-32.

ARMITAGE, D. et. al. Adaptive co-management for social–ecological complexity.In: Frontiers in Ecology and the Environment p.95–102, 2009.

AGRAWAL, A; LEMOS, M.C.. Environmental Governance. In: Annual Review of Environmental Resources, p.31: 297-325, 2006.

BODIN, O; CRONA, B.I. The role of social networks in natural resource governance: What relational patterns make a difference?.In: Global Environmental Change, 19: p.366–374,2009.

CAMARA, João Batista Drumond. Governança Ambiental no Brasil: Ecos do Passado. Revista de Sociologia e politica, 2013, Vol. 23 (46), p.125-146

GRINDLE, Merilee. Good enough governance: poverty reduction and reform in developing countries. Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions, v. 17, n. 4, p. 525-548, 2004.

MERTENS , Frédéric. Capital social e governança . Universidade Federal do Amazonas,2011. 36 slides,color. Slides gerados a partir do software PowerPoint.

OLSSON, P., C. FOLKE, and F. BERKES. 2004. Adaptive co-management for building resilience in socio-ecological systems. *Environmental Management*, 2004, p.34:75- 90.

PEREIRA, Henrique. Governança Ambiental: Conceitos e definições em governança Ambiental. Universidade Federal do Amazonas, 2011. 34 slides, color. Slides gerados a partir do software PowerPoint.

PORTO, Marcelo Firpo. Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecosocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2005.

RUITENBEEK, J.; CARTIER, C. 2001. The Invisible Wand: Adaptive Co-Management as an Emergent Strategy in Complex Bio-economic Systems. Occasional Paper No. 34. Bogor, Indonesia: Centre for International Forestry Research.

LEYS, A.J.; VANCLAY, J.K. Social learning: A knowledge and capacity building approach for adaptive co-management of contested landscapes. In: *Land Use Policy* nº 28, 2011, p.574–584.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 3. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: Desafios para a governança ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23 n.o 68 outubro, 2008. p.97-108.